

## **O SURDO COMO ABJETO: UMA ANÁLISE QUEER DAS RELAÇÕES BINÁRIAS OUVINTES/SURDOS**

**Rodrigo Brito de ALMEIDA<sup>1</sup>**  
**Antonio Leonardo Figueiredo CALOU<sup>2</sup>**  
**Janaína Aguiar PEIXOTO<sup>3</sup>**

**Resumo:** A história dos/as surdos/as carrega um grande fardo de estigmas moldados em discursos que os/as inferiorizam, os/as tornando sujeitos periféricos, subalternos e abjetos na sociedade normativamente ouvinte. Tais discursos ultrapassam a história e se repetem incorporando nos sujeitos surdos, certa precariedade e inferioridade que engendram seus corpos. Brigando com esses discursos, este trabalho tem por objetivo mostrar como os sujeitos surdos são produzidos em detrimento de normalizações impostas de uma cultura ouvinte. Através das formulações críticas e estratégicas da teoria Queer - tendo em vista, ser esta uma teoria analítica das normalizações que moldam corpos e subjetividades estabelecendo relações de poder entre os seus interagentes – questionaremos as formas de normalizações micropolíticas que se impõem aos/as surdos/as pela cultura ouvinte. O intuito deste trabalho se resume a uma reflexão teórico-analítica que questiona a subalternidade e a abjeção dos sujeitos surdos em nossa cultura.

**Palavras-chave:** Teoria Queer, Surdo/Ouvinte, Abjeção.

**Abstract:** The history of the deaf carries a great deal of stigmata molded in the discourses that the inferiors, the peripheral, the subaltern, and the abject in normatively listener society. Such speeches surpass the history and, they are incorporating repeated in the deaf subjects, a certain precariousness and inferiority that engender their bodies. Fighting with these discourses, this work aims to show how deaf people are produced to the detriment of imposed normalizations from the listening culture. Through the critical and strategic formulations of the Queer theory - considering this to be an analytical theory of normalizations that shape bodies and subjectivities by establishing power relations among their interactors - we will question the forms of micropolitical normalizations that are imposed on the deaf by the listener culture. The purpose of this article is summarized in a theoretical-analytical reflection that questions the subalternity and the abjection of the deaf subjects in our culture.

**Keywords:** Queer theory, Deaf/Hearing people, Abjection.

Recebido em 21-12-2017

Aceito em 12-05-2018

<sup>1</sup> Pós-Graduando em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN). Licenciado em Letras/Libras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tradutor/Intérprete/Professor da EEMTI Prefeito Raimundo Coelho Bezerra de Farias, Crato-CE.

<sup>2</sup> Pós-graduando em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Núcleo de Pesquisas Socioantropológicas da Religião e de Gênero (SOCIUS). Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC); E licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Orientador desta produção. E-mail: leo.calou@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Letras, Mestre em Ciências das Religiões e Bacharel em Fonoaudiologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do curso de graduação em Letras/Libras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Orientadora desta produção.

## INTRODUÇÃO

Gostaria de começar direcionando o/a meu/minha leitor/a à compreensão do meu trabalho no que diz respeito a minha forma *Queer* de escrita, pois, o que aqui será visto e debatido se desenrola sobre um caráter político de minhas próprias experiências, que já estão há algum tempo aglutinadas às experiências de pessoas surdas. Logo, minha escrita em primeira pessoa se torna necessária, ao mesmo tempo que dialogo com a necessidade das teorias *Queer* de mostrar sobre suas pesquisas o caráter empírico (LOURENÇO, 2017) daquilo que reclama. Esta produção se encontra também posicionada sobre críticas que faço analisando as relações binárias e hierárquicas de poder que estão incutidas nas relações públicas e privadas entre ouvintes e surdos. Por isso, antes de qualquer coisa, assumo o caráter confessional deste texto, pois não pretendo fazer ou trazer uma história, muito menos uma análise, em que, minha ausência seja o fator que a torna legítima. Este texto é político, e por ser político, nada terá de imparcial. Pois, como afirma Gayatri Spivak:

Produzimos narrativas e explicações históricas transformando o *socius*, onde nossa produção é *escrita*, em bits - mais ou menos contínuos e controlados - que são legíveis. Como essas leituras emergem e qual delas será legitimada são questões que têm implicações políticas em todos os níveis possíveis. [...]. Se o sujeito privilegiado promovido por estes códigos foi mascarado como o sujeito de uma história alternativa, devemos refletir sobre como ele está escrito, em vez de simplesmente ler sua máscara como uma verdade histórica (SPIVAK, 1994, p. 187-188).

Portanto, tenho a necessidade de não pôr máscaras, me mostrando contraintuitivo até

mesmo para muitos outros ouvintes, que, como eu, são intérpretes. Aliás, todo o início da reflexão que traz este trabalho, parte da minha formação como intérprete, ou até mesmo antes disso, com a minha aproximação à cultura surda.

No ano de 2007, tive a feliz oportunidade de conhecer Gustavo<sup>4</sup>; um surdo recém-chegado na indústria que trabalhava na cidade de Guarulhos/SP. Gustavo tinha por volta de 32 anos. Havia entrado na fábrica através da demanda de uma lei sancionada na época, a qual obrigava as empresas a terem certa porcentagem de pessoas com deficiência em seus quadros de funcionários. Gustavo era surdo, e por esse motivo, apenas exercia uma mecânica função, sem saber muito o que acontecia ao seu redor, quando não era visivelmente descrito a ele; uma grande violência ética da empresa que não contratava intérpretes, pois não via a necessidade diante de nossas funções que se enquadravam nas operações de máquinas produtoras pneus. Ao interagir por uma única vez com Gustavo, pude perceber o quanto a comunidade surda necessita de diálogos, pois, desde a primeira tentativa de contato ainda por mímica, Gustavo não deixou mais de me acompanhar nos intervalos e durante o caminho de casa nos transportes públicos que utilizávamos.

Gustavo foi meu primeiro professor. Com o passar do tempo, ele foi me ensinando a língua brasileira de sinais e eu tive a oportunidade de conhecer o que seria meu futuro ofício, pois tinha gosto em aprender, e ao mesmo tempo, me disponibilizar a estar com ele e os demais surdos que acabaram entrando na empresa. Eu me tornei o intérprete voluntário da empresa, que não se mostrou interessada em contratar ninguém para exercer essa função.<sup>5</sup>

Mas foi me aprofundando em cursos de língua brasileira de sinais que encontrei alguns impasses; tanto na formação dos intérpretes, como na atuação deles/delas, como também a visão que eles/elas tinham

sendo um alvo fácil de apropriação capitalista, pois nessa relação ouvinte/surdo, o surdo seria o subalterno que "não saberia falar", ou seja, não teria a quem reclamar os direitos instituídos e conquistados.

<sup>4</sup> Usarei o nome fictício "Gustavo" para preservar a verdadeira identidade da pessoa a ser citada neste trabalho.

<sup>5</sup> A empresa nunca me reconheceu como intérprete. Acredito mesmo que a surdez acabaria

dos/das surdos/surdas. Contudo, me ficou evidente que, os surdos e as surdas, eram para muitos, apenas um objeto de trabalho, cuja comunicação rendia bons salários. Isso começou a me incomodar, principalmente quando os/as surdos/as reclamavam de interpretações desinteressadas e mal feitas. Fora as vezes que se sentiam injustiçados/as em meio a certas concorrências, principalmente de oportunidades profissionais, das quais a população surda estava sempre em desvantagem.

Isso me despertava certa indignação, fato que segue até o atual momento, porém, através das mídias sociais, tive por eventualidade o conhecimento da teoria *Queer*, uma teoria contra-hegemônica, a qual, questiona as normalizações que engendram corpos em oposições binárias e hierárquicas, criadas por identidades e com elas relações de poder entre sujeitos, subalternizando uns em detrimento de outros. A teoria *Queer* se tornou uma mola propulsora para que eu pudesse entender a relação surdo/ouvinte em contextos de interação, compreendendo as normalizações convencionadas pela cultura ouvinte impostas aos surdos/as.

A partir da leitura de Michel Foucault - sujeito cujas obras movimentam a teoria *Queer* - especialmente do livro *Em Defesa da Sociedade* (2005), pude compreender melhor as composições de um *Biopoder*<sup>6</sup> na vida dos surdos, tendo em vista que, durante toda uma história, a surdez foi vista como uma patologia, como uma anomalia, uma anormalidade, às vezes passível de condenação, às vezes posta sobre condições de normalização. É então que a identidade surda se torna abjeta. Os históricos discursos perpassam o tempo e subscrevem-se nos corpos daqueles que têm uma falta, a falta da audição, o que o/a torna diferente do/a ouvinte. Essa seria então, uma *tecnologia de poder*<sup>7</sup> materializada nas relações de surdos e ouvintes, nas quais Derrida (1973) e Judith

Butler (2015) me mostram como tais discursos tomam os corpos dos sujeitos, criando relações desiguais de poder.

Com isso, o presente artigo tem como objetivo principal trazer reflexões *Queer* acerca do binarismo estabelecido sobre as identidades de ouvintes e surdos, buscando questionar as formas de normalização social que se corporificam em hierarquias sobre as relações de poder estabelecidas pela diferença entre essas identidades. O presente trabalho utiliza-se das estratégias de análises *Queer*, que por sua vez, se apropriam das formulações teóricas das analíticas do poder de Michel Foucault e do desconstrucionismo de Jacques Derrida, com o intuito de quebrar paradigmas dominantes nas relações sociais, privadas e públicas, requerendo dar visibilidade à voz subalterna. Portanto, *Queer* seria uma analítica da normalização (MISKOLCI, 2009), uma estratégia que busca antes de tudo, refletir as hierarquias que se constroem sobre os discursos e que circunscrevem-se nos corpos dos sujeitos que se identificam, ou mesmo que são identificados. Este trabalho tem então a pretensão de pensar o surdo como abjeto, um sujeito que detém de uma cultura, de uma forma de vida que, por não está dentro dos padrões “universalizantes” de sujeitos, é relegado à margem social.

## FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO TEÓRICA QUEER

Foi em um encontro, também estranho, em meio ao meu cotidiano nas relações virtuais de minhas redes sociais, que obtive meu primeiro contato com a teoria *Queer*. Essa que, nas interfaces de seus pressupostos teóricos, me ensinou a perceber as relações de poder contidas nos discursos que produzem corpos e subjetividades, fazendo do outro um estranho a ser normalizado sob as construções sociais (BUTLER, 2015). Foi

<sup>6</sup> *Biopoder* é um termo criado originalmente pelo filósofo francês Michel Foucault para referir-se à prática dos estados modernos e sua regulação dos que a ele estão sujeitos por meio de "uma explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações" (FOUCAULT, 2005).

<sup>7</sup> *Tecnologia de poder*, ou *dispositivos de poder*, são termos foucaultianos para explicar as manobras discursivas que produzem relações de poder. Poder-se-ia resumir seus significados, como as estratégias contidas nas intenções do discurso. Ver: *A ordem do discurso* (2014).

naquela visualização de uma manifestação filmada e divulgada na rede social de um amigo, onde os manifestantes conservadores reproduziam duras palavras indignadas na frente do SESC/SP<sup>8</sup> que, estava cedendo o espaço para o I Seminário *Queer*, em que, tive o primeiro contato com a teoria – contato esse, bem impactante por sinal. Aquele vídeo me casou certa curiosidade, a ponto de instigar-me a buscar compreender o que era a teoria *Queer* e que mal ela poderia fazer a sociedade?

Minhas expectativas iniciais<sup>9</sup> foram contraditoriamente frustradas, no momento em que percebi, em meio as minhas pesquisas, o potencial subversivo que teria a teoria *Queer* tinha, a ponto de ser ela uma representante da desconstrução das normalizações sociais que tem sido *dispositivo de poder*<sup>10</sup> moldantes de corpos e subjetividades, atuando por meio de hierarquizações, exclusões e abjeções (BUTLER, 2015). Aquele instante me instigou a perceber e procurar compreender melhor sobre tal advento teórico, que busca a desconstrução das naturalizações, intervindo no âmbito privado e público dos discursos políticos que subalternizam sujeitos.

Inicialmente, *Queer* era apenas uma identidade política que tratava das questões de gênero e sexualidade, mas, com o desenvolvimento dos estudos pós-estruturalistas franceses e os estudos culturais norte-americanos, a identidade política passou a tomar novos rumos, sendo pautada por vezes como uma teoria vista no seio de disciplinas como a filosofia, sociologia, psicologia, na pedagogia entre muitas outras (SPARGO, 2017; MISKOLCI, 2009; 2012; MELO, 2008).

Primariamente, o termo *Queer* teve sua primeira aparição no final século XX nos EUA. Sua expressão foi encontrada em meio a processos jurídicos, direcionados a Oscar Wilde, sujeito político da época que estava sendo acusado pelo marquês de *Queensbury*, por defender e participar de práticas insólitas. Na carta direcionada ao quartel de *Scotland Yard*, *Queer* estava significando práticas sexuais anormais, bizarras, comportamento excêntrico. Sua significação assentava-se a essas práticas, julgadas como anormais pelas instâncias judiciais da época. Na década de 1960, em meio às realizações de novos movimentos sociais homossexuais, feministas e negros, que lutavam por direitos igualitários diante de uma sociedade hegemônica, nasce o que pode se chamar de política *Queer* atualmente (MISKOLCI, 2009; 2013; LOURO, 2016). Uma política que, nas articulações da igualdade, via um ambíguo retorno às normatividades hegemônicas, se propondo interventiva na busca por equidade, não enquanto um pressuposto quantitativo, mas sim enquanto significado de um chamado à justiça, e à justiça do subalterno (MENESES, 2013).

No início dos anos de 1960, estudos sobre sexualidade, gênero e identidade começam a aparecer nos cenários acadêmicos norte-americanos, ampliando os conhecimentos desses temas que eram apenas estudados pela Biologia, Medicina e Psicanálise (MISKOLCI, 2013). No fim dos anos de 1980 e começo de 1990, deu-se início aos estudos *Queer*, introduzidos pela professora de estudos literários, a italiana, Teresa de Lauretis, - que a primeira a utilizar o termo *Queer Theory*, como também foi ela a propositora do seu progresso (COULOMB-GULLY, 2014) – e

<sup>8</sup> I Seminário *Queer* aconteceu nos dias 9 e 10 de setembro de 2015, com o tema “I Seminário *Queer* - Cultura e Subversões da Identidade”, no Sesc Vila Mariana, no Estado de São Paulo, com destaque para a filósofa Judith Butler, uma das principais referências sobre o tema no mundo.

<sup>9</sup> Ao assistir o vídeo na página do “Facebook” do meu amigo, eu autoconcluí que a teoria *Queer* era algo prejudicial, ao perceber aqueles discursos contra ela, em sua maioria com um enunciado religioso, me vi instigado a buscar entender aqueles discursos e a provocação que a teoria

*Queer* fez e/ou faz. Para maiores informações, consultar:

<https://www.youtube.com/watch?v=t1mPljcU0yQ>

<sup>10</sup> *Dispositivo de poder* é um termo conceitual utilizado por Michel Foucault em *A ordem do discurso*, para referenciar às estratégias discursivas que procuram angariar por seus enunciados, patamares superiores em meio às relações sociais e por isso relações de poder (FOUCAULT, 1988).

desenvolvidos pelas precursoras principais da teoria, a filósofa norte-americana Judith Butler e a linguista Eve Kosofsky Sedgwick.

As pesquisas nesse âmbito trouxeram um novo olhar para os sujeitos sociais, que não se encaixavam nos padrões protocolares de uma sociedade regimentadora, que diz saber aceitar a diversidade e lidar com o diferente. Contudo, seria a diversidade um “termo saída” para as múltiplas identidades existentes? Segundo Richard Miskolci (2013), a diversidade é um retorno à normalização de padrões hegemônicos que se aproxima da tolerância reforça o poder de uma norma:

O termo “diversidade” já se arraigou na sociedade brasileira. Quase todos os programas governamentais e *slogans* dos movimentos sociais vêm com esse termo, mas o que buscamos expressar usando a palavra “diversidade” pode ser repensado e adquirir outro significado, inclusive o de lidar com as diferenças. O termo “diversidade” é ligado à ideia de tolerância ou de convivência, e o termo “diferença” é mais ligado à ideia do reconhecimento como transformação social, transformação das relações de poder, do lugar que o Outro ocupa nelas (MISKOLCI, 2013, p. 15).

Assim, essa cognominação só reafirma como a diversidade é insultada com diferenças por uma convenção social, afirmando e reafirmando como essas pessoas não estão dentro dos padrões prevalentes, Richard Miskolci ainda afirma: “Quando você lida com a diferença, você também se transforma, se coloca em questão. Diversidade é “cada um no seu quadrado”, uma perspectiva que compreende o outro como incomensuravelmente distinto de nós e com o qual podemos conviver, mas sem nos misturamos a ele” (2013, p. 16).

A palavra *Queer*, tem significado desfavorável em países de língua anglo-saxônica, portanto, na língua inglesa esse termo é altamente agressivo. Surgiu para nomear pessoas que eram extremamente estranhas, excêntricas, anormais que viviam fora da realidade de um povo hegemônico (LOURO, 2016). *Queer* era utilizado para mencionar pessoas que subsistiam sem empregos e viviam pelas ruas. Em Londres-

Inglaterra, uma rua foi nomeada com o termo, porque era bastante frequentada por indivíduos considerados estranhos. Talvez a melhor compreensão esteja em (BUTLER apud LOURO, 2016, p.39), sobre a tradução do vocábulo *Queer*:

*Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler (1999), a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido.

Tomando como base a cânone obra de Judith Butler, *Problemas de Gênero*, e as suas demais obras subsequentes, talvez poderia afirmar que, enquanto formação teórica, os fundamentos da teoria *Queer*; aparecem sobre o respaldo das teorias de Michel Foucault e suas heurísticas concepções sobre o poder e o discurso nas relações sociais, como também, nas formulações concernentes à desconstrução do filósofo Jacques Derrida (SPARGO, 2017; MISKOLCI, 2009).

As teorias desses autores perpassam desde a filosofia, os estudos sociais e culturais a crítica à psicanálise e aos autores que se dispunham como estruturalistas, sobre os quais acolitavam os pressupostos teóricos de Ferdinand de Saussure, em que, tudo se baseava na construção dos significados linguísticos, dos quais os seres humanos interagiam se constituindo como sujeitos. Contudo, a crítica desses autores vem criar uma nova corrente de pensamento, principalmente após Foucault, que arrematou o discurso como estratégia criativa que perpassa corpos e subjetividades, inscrevendo-se neles e os moldando; modelando os indivíduos sob o pleito de uma relação de forças (SOUZA, 2011; CARDOSO JR, 2011). O discurso para o autor seria antes de tudo, uma estratégia de poder, estratégia sobre a qual os seres humanos eram movidos.

Os indivíduos numa determinada sociedade são construídos por redes de poder e de saber: “os discursos verdadeiros trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1999, p.29). Foucault destaca as práticas de poder, antes mesmo que o Estado, as práticas de encarceramento, antes mesmo que as prisões, as práticas de segregação dos loucos, antes mesmo que os hospitais psiquiátricos. Para ele, portanto, não há práticas sociais sem um determinado regime de racionalidade e de verdades por elas engendrado (SOUZA, 2011, p. 194).

Ao se apropriar das teorias de seu professor e com um novo arcabouço criativo, Jacques Derrida torna-se o mais conhecido e assumidamente pós-estruturalista. Por conseguir encontrar brechas expressivas no estruturalismo, ele busca dar vazão a uma forma de análise que, a partir da permuta histórica e do contexto social, os discursos que nos normaliza estariam configurados por um conjunto de significados que exerceriam efeitos sobre nossos corpos; a proposta de Derrida então seria criticar e problematizar a história e a reprodução social dos significados normalizadores, intervindo através da desconstrução. A desconstrução seria então, o modo de repensar tais construções sociais regulamentadoras de poderes, sendo ela, o potencial subversivo e inteligível para uma visão, não inclusiva, mas antes de tudo, equitativa das relações de poder.

O diálogo de Cornell com Derrida passa também pela compreensão de que, para o filósofo, a “desconstrução é um chamado à justiça”. Cornell trabalha com essa hipótese, recuperando a ideia de que, no pensamento da desconstrução, a justiça é um chamado do Outro. Nessa concepção de justiça, ela retoma as afirmações de Derrida e lembra que “equidade não é igualdade,

a proporcionalidade calculada, a distribuição equitativa, mas, ao contrário, a infinita demanda do chamado do Outro” (RODRIGUES, 2010, p. 225).

Apropriadas dos ideais pós-estruturalistas, as teorias *Queer* vêm superando os estudos filosóficos e unindo-se, - numa visão multi/trans/interdisciplinar<sup>11</sup>-, as disciplinas institucionalizadas, com o propósito constitutivo de subverter normas e identidades que constroem em oposições binárias, se materializando em pesquisas não mais restritas as análises de gênero e/ou sexualidades, mas transbordando para toda e qualquer fabricação de corpos que encarem em relações de poder identidades engendradas no binarismo (MISKOLCI, 2009). Nesse contexto, o que me interessa discutir, concretiza-se no que visualizo como identidades e, por isso, relações de poder, entre ouvintes e surdos. Mas antes, vejamos um pouco mais sobre os fundamentos que me levaram a pensar tal relação.

## **MICHEL FOUCAULT E A TEORIA DO PODER**

Michel Foucault é um dos nomes de maior extensão na pós-modernidade e suas teorias têm sido altamente consideradas em vários ambientes acadêmicos, principalmente naqueles que se interessam por análises discursivas, sociais, culturais e políticas. Um sujeito curioso e subversivo que nasce numa família de médicos, mas quebra com o sistema que se perpetua, formando-se em Filosofia, História e Psicologia (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). Aliás, foi na história das ciências médicas que Foucault encontrou discursos decisivos na legitimação de “verdades” no âmbito científicos (FOUCAULT, 2014).

a multidisciplinaridade articula-as; só a transdisciplinaridade, porém, supera a particularidade, conjuga os saberes e faz com que aportes diferentes trabalhem por um mesmo fim. (SILVA, 2007, p. 33).

<sup>11</sup> As palavras importam muito e, ao mesmo tempo, pouco. No caso de multi, inter e transdisciplinaridade, cada um desses termos tem uma contribuição a dar, mas nenhum se basta. O importante mesmo é a atitude epistemológica. A interdisciplinaridade junta disciplinas diferentes;

Verdades essas, que impetram as relações sociais marginalizando corpos. Foucault morreu em 1984, vítima da epidemia do HIV/Aids que imperou como pânico moral na época, justamente pelos discursos médicos (MISKOLCI, 2007).

As teorias do poder, da multifacetada obra de Foucault, parecem adentrar em todos os campos de sua produtividade científica. Ela seria, antes de mais nada, uma análise de suas estratégias de obtenção, mas claramente colocadas pelo discurso e as enunciações que, nas produções frasais, tendem a se disseminar modelando ações e comportamentos. É, nas interações discursivas contidas nas relações sociais, que o poder se moveria. A produção foucaultiana tende a nos levar aquilo sobre o que o mesmo denominou como *analítica do poder*, uma análise que procura na interface das relações sociais por onde, com que propósito e porque as formas de poder se disseminam (FOUCAULT, 1999).

Mas, é preciso fazer entender que o poder para Foucault não poderia ser visto como um fator analítico que impetra sua negação. O poder teria suas faces positivas também, dentre elas, a própria Judith Butler (2015) vem considerar aquela que move os sujeitos que são subalternizados; a resistência e a subversão. Diante disso, ela afirma que é no reconhecimento da própria subalternidade que os sujeitos podem intervir nas produções de poder hierarquizantes, subvertendo os seus ideais. Pois, o poder é uma “rede produtiva”, é através dele que se “produz o saber, ele cria a realidade ao invés de vetar” (CARDOSO JR, 2011 p. 163).

O poder na concepção foucaultiana, somente se desenvolve quando o autor rompe com a ideia de poder formulada no berço da tradição marxista. Enquanto o marxismo previa o poder como uma base estrutural de classes, difundidas sobre oposições binárias, como seria, por exemplo, os ideais de burguesia e proletariado; rico e pobre, dominantes e dominados, entre outras mais, Foucault iria compreender o poder como uma força móvel, que não se localiza em uma classe, mas que está em toda parte e que se materializa nas relações comunicativas. Com afirma Cardoso Jr:

Segundo Foucault: o poder não se concentra, não se centraliza, nem se totaliza. Ele faz e se desfaz em focos. Então Foucault desafia a ideia de que o poder seria propriamente de uma classe que o conquista. O poder não é uma propriedade, ele não está concentrado em uma sede, pois é uma estratégia. O poder é uma questão de exercício, não de posse (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 162-163).

Logo, se o poder é uma estratégia e está difundido em focos, em uma rede produtiva, então o mesmo se materializaria por meio de dispositivos e tecnologias, nas quais, essas formas estratégicas entram em ação por meio de “práticas ou relações de poder, que são constitutivas do corpo social” (SOUZA, 2011, p. 194). Essas estratégias, dispositivos e tecnologias, são estritamente corporificadas pelo autor, como o discurso, o meio pelo qual o poder pode se difundir.

Ademais a essa concepção, o poder também somente se moveria sobre a produção discursiva de verdade. Mas quem cria e legitima esse discurso de verdade? Para Foucault, haveriam instâncias produtoras de verdades, aquelas que detinham de tecnologias de poder para formalizá-las em uma metástase coerente. Para além de que, a história e o contexto no qual, insere-se essas instâncias, também se tornam fatores que moldam os significados dos seus discursos. Nesse contexto, Foucault se debruça nas formações discursivas de várias delas como o direito, a religião, a ciência e outras instâncias que detinham certo saber e por isso poder, usufruindo de certas tecnologias - a lei, as escrituras sagradas, as metodologias de análises entre outras -, como pressupostos discursivos e legitimadores de verdade (LEÓN, 2012).

Na história do surdo, essa concepção de verdade é enfaticamente visível sobre o prisma discursivo e histórico de como foi difundido o termo surdo. Inicialmente, no Egito, os surdos eram percebidos de duas maneiras distintas, pelo lado das crenças politeístas, eles eram observados como um meio de comunicação com outros deuses, mas por outro lado, o dos sacerdotes, eles eram julgados e tratados como falhos

(MAIA; VELOSO, 2009, p. 27). Os sacerdotes<sup>12</sup> utilizavam recursos naturais para possíveis tratamentos contra surdez. O período egípcio foi marcado por ambivalências em que o surdo, era um paradigma confuso de endeuado a debilitado, no Egito do século XVI a.C, o surdo se torna um ser excêntrico. De acordo com Cabral:

As mais antigas referências são ambivalentes, entre a caridade e a consideração dos surdos como indivíduos não educáveis. Os sacerdotes tratavam as dores de ouvidos com preparados e soluções de variados produtos que iam da urina de cabra à cinza de asa de morcego e aos ovos de formiga ou lagarto (CABRAL, 2005, p. 35).

Os/as surdos/as sempre foram vistos como abjetos, desde à antiguidade greco-romana, eles/elas eram caracterizados/as como “não humanos”, pessoas que não poderiam ser ensinadas, simplesmente porque eles/as não conseguiam falar. Portanto, se eles/elas não conseguiam falar, eles/elas não teriam uma linguagem e sem linguagem, não teriam pensamento. Essa classificação de “não humanos” foi dado pelo filósofo grego Aristóteles, “No século IV a.C, Aristóteles supunha que todos os processos envolvidos na aprendizagem ocorressem através da audição e que, em consequência, os surdos seriam menos educáveis que os cegos” (CAPOVILLA, 2000, p. 100).

A evolução da civilização grega, não respeitou os surdos como deveria, entendendo que nessa época de grandes pensadores, a reflexão não se relacionava com a ação, endossando intolerância contra os surdos, em um período que eles/elas não detinham de direitos.

Na Grécia, os surdos eram considerados incapazes para o raciocínio, insensíveis e um incômodo para sociedade, por isto

eram condenados à morte, lançados abaixo do topo de rochedos de Taygété, nas águas de Barathere e os sobreviventes viviam miseravelmente como escravos ou abandonados. Em Atenas, os surdos eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. Em Esparta, os surdos eram jogados do alto dos rochedos (MAIA; VELOSO, 2009, p. 27).

Com o decorrer dos séculos e início das investigações sobre como os surdos eram tratados é notório que, eles/elas eram agredidos pelas regras compulsórias e dominantes de cada sociedade. Apesar disso, como se não bastasse apenas o julgamento social, os testamentos bíblicos<sup>13</sup> também se mostraram adeptas da exclusão, não só pelos seus escritos, mas pela repulsa aos surdos, visivelmente mantidas pelas ações de seus aderentes. Os escritos bíblicos e suas diversas interpretações incutiam a compreensão de que os surdos não teriam direito à fé, salvação ou participação religiosa. No século I d.C, o apóstolo Paulo deixa registrado em Epístolas aos Romanos, capítulo 10, versículo 17, a exclusão das pessoas surdas. Segundo Cabral, “tendo dito que a fé deriva da pregação e a pregação é o anúncio da palavra, terá dado justificação a quem a usou para negar o acesso à religião, aos sacramentos e mesmo à salvação da alma dos surdos-mudos” (CABRAL, 2005, p. 35). Se os textos bíblicos sempre serviram de ensinamento para as pessoas, será que durante todo esse tempo e até hoje, nós tenhamos aprendido de maneira errônea ou interpretamos equivocadamente as escrituras, disseminando o termo surdo-mudo, esse vocábulo que favorece ainda mais para que os surdos fossem vistos com abjetos na sociedade?

É possível verificar na televisão, redes sociais, programas sociais e até mesmo pessoas consideradas cultas, propagando, nessas esferas, um vocábulo desinformado e excludente, como é o “surdo-mudo”. Essas

<sup>12</sup> Os sacerdotes seriam para Foucault, sujeitos detentores de um saber/poder, logo, sujeitos detentores da verdade. Para compreender a verdade em Foucault ler: Cesar Candiotto (2006), em *Foucault: Uma História Crítica da Verdade*.

<sup>13</sup> O uso de citação bíblica nesse trabalho, não é um ato ou efeito de resignar os textos bíblicos, porém mostrar que com diversas traduções e interpretações colocam os surdos como abjeto tanto ao direito à fé quanto aos direitos cívicos.

peças erram a nomenclatura, não por conhecer a vida que permeia os surdos, mas, porque o discurso comum se reproduz muito rápido nessa sociedade tecnológica. Não se reflete sobre os termos, apenas os reproduz, sem saber de onde vêm tais conhecimentos. Essa reprodução nos coloca um problema, assim também como a necessidade de desconstruir identidades que tornam inferior a vida dos sujeitos. É importante conhecermos o termo correto para identificação de um povo que detém de uma cultura historicamente estigmatizada. O uso correto das terminologias faz-se relevante, principalmente, quando tratamos de assuntos que se repetem e performam corpos criando identidades (CARDOSO, 2016, p. 2).

Os direitos romanos não ofereceram aos surdos, o tratamento que se esperava de um povo que dominou quase todo o território Europeu. Uma civilização marcada por grandes imperadores de grande influência multicultural e principalmente por acolher todos os cidadãos em um sistema político, findou colocando a margem da sociedade as pessoas surdas. “O Codex Justinianus, do imperador bizantino (527-565), que reúne o Direito Romano e vai influenciar as novas nações latinas, nega os direitos civis aos surdos congênitos, como o casamento e a propriedade” (CABRAL, 2005, p. 36). Isso tudo contribuiu, para o período da idade média, em que, os surdos eram proibidos de receber qualquer direito como cidadão, eles/elas não casavam, não votavam, não recebiam heranças.

Ao longo do caminho percorrido e ao fim da idade média, começa então, o caminho em que os surdos mais sofreram abjeção na história. Os séculos seguiam revelando que a normalização do ser surdo por meio de normas sociais, acarretavam em grandes prejuízos, pode-se destacar o oralismo, essa metodologia foi a mais usada

para tentar educar as pessoas surdas. Assim, a normalização da oralização se inicia. Johann Conrad Amman XVII, médico Suíço, criou um método pedagógico de leitura labial chamado *Surdus Laquens*, dando início ao movimento oralista alemão. O educador alemão, Samuel Heinicke XVIII, conhecido como o pai do método *Oralismo Puro*, publicou uma obra e fundou a primeira escola de oralismo puro, que foi muito bem reconhecido por seus trabalhos de oralização. Mas quem mais chamou atenção foi Jean Marc Gaspard Itard XVIII, médico cirurgião e psiquiatra alienista francês que trabalhou como médico no Instituto Nacional de Surdos em Paris, Itard<sup>14</sup>, como ainda é conhecido. Jean Marc fez vários experimentos com surdos em busca de restaurar a audição dando aos surdos à normalização que faltava (MAIA; VELOSO, 2009, p. 31-36).

O principal objetivo da metodologia Oralista é desenvolver a fala do surdo, pois para os defensores deste método, a língua falada era considerada essencial para a comunicação e desenvolvimento integral das crianças surdas. Esta metodologia foi proposta e defendida em um evento internacional realizado em Milão/Itália chamado ‘Congresso Internacional de Educação de Surdos’ (KALATAI; STREIECHEM, 2012, p. 5).

Portanto, é realizado o Congresso de Milão no século XIX, “o monstro”, o vilão, o antagonista que causou aos surdos dores incomensuráveis. A conferência realizada na Itália reuniu educadores de várias nacionalidades como: França, Itália, Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Bélgica, Suécia e Rússia. Os educadores reunidos nesse evento internacional não estavam preocupados com quais metodologias

<sup>14</sup> *L'enfant sauvage* (O Garoto Selvagem ou O Menino Selvagem) é um filme francês de 1970, do gênero drama, dirigido por François Truffaut e baseado em livro de Jean Itard (1774-1838). O filme relata a história de três caçadores que acharam uma criança selvagem por volta de seus 12 anos, o menino, conhecido até hoje como o menino selvagem de Aveyron esteve privado de qualquer contato humano. Depois de

descobrirem esse menino, o médico e Professor Frances Jean Itard se interessou em educá-lo, então o menino selvagem, foi levado para Paris onde se iniciaria uma longa e dificultosa jornada tanto para Itard que queria progredir profissionalmente como para o menino que precisaria ser educado. Filme disponível em: <https://vimeo.com/155385147> Acesso em: 17 out. 2017.

deveriam ser utilizadas na educação dos surdos, mas já de forma abjeta, os professores ouvintes<sup>15</sup> retiraram a opinião dos/das surdos/as e o seu direito ao voto, e fizeram da oralização a aflição deles/delas. Os educadores de início excluíram os surdos do congresso, e depois reafirmaram a abjeção ao excluir das escolas, o método gestual (sinalização), foi substituído pelo método oral (oralização) e com isso, os surdos eram excluídos, pois, por não conseguirem atender as demandas da oralização sua linguagem somente passou a ser vista em guetos, diante a proibição imposta contra a sinalização, abrindo assim espaço para instituição de um pânico moral/social sobre a sua linguagem (MAIA; VELOSO, 2009, p. 45-46).

Desse modo, podemos perceber que a história dos surdos é cheia de duros percalços que os inferiorizam na formação de sua própria identidade. Aquele que não podia falar, e nem por ele poderia opinar, não tinha o direito de decidir sobre sua própria vida e modo de ser. É possível perceber também a influência das ciências médicas e seus discursos de “verdades” sobre a surdez, manobrando os corpos surdos a condições subalternas ou tentando normalizá-los sobre as condições dominantes.

## **J**AQUES DERRIDA E A TEORIA DA DESCONSTRUÇÃO

Jaques Derrida é um dos maiores nomes que hoje se endereçam quando falamos de pós-estruturalismo e pós-modernismo, correntes que ganharam espaços e mais firmeza teórica a partir de suas obras. Nasceu em meio a uma família de Judeus, mas não assumiu essa identidade religiosa. Passou sua infância na Argélia, mas por serem perseguidos pela condição judia, Derrida e sua família buscam abrigo na França, onde se instalam e vivem. Sua obra, assim como a de Foucault, tem se propagado no grande ocidente sobre vários campos científicos desde a filosofia, passando pelos

estudos literários até à psicanálise, campo científico, no qual, ele se debruçou sobre uma variedade de críticas.

Um de seus pensamentos heurísticos se caracteriza na formação do que denominou como estratégia, a “desconstrução”. Essa premissa sobre a qual ele não nos permite classificá-la como conceito ou método – haja vista que se realmente fizéssemos estaríamos caindo na redundância daquilo que essa estratégia propõe; que é problematizar até mesmo conceitos e métodos logocêntricos do mundo científico – encara de frente o estruturalismo e as pautas teóricas trazidas desde Saussure, até Lévi-Strauss e o próprio Freud, conotando um transbordamento de seus pressupostos logocêntricos, dos quais criariam oposições binárias significante e expressivas na forma de representação em que os indivíduos se assumem. A desconstrução não seria então um meio de aniquilar ou fazer desaparecer, mas antes, um derrubamento que faz inverter hierarquias, buscando com isso mostrar a ineficiência teórica, ou melhor, a ineficiência significativa daquilo que se atribui como o centro, o principal, o original.

A desconstrução não pode, de acordo com Derrida, ser entendida como um conceito ou como um método, sob pena de absolutamente não entendermos a novidade do pensamento desconstrucionista, que tenta subverter as próprias noções de conceito e método. [...] Em certas passagens, ao escrever sobre a desconstrução, prefere utilizar o termo “estratégia” (DERRIDA apud VASCONCELOS, 2003, p. 74).

Sobre esse caminho, Derrida concebe a desconstrução como uma estratégia que ao transbordar as redundantes formações binárias que são articuladas principalmente no meio científico, as quais, definem, engendram, hierarquizam e se impõem violentamente no meio social. Uma das maiores críticas estabelecidas por Derrida é voltada para Lévi-Strauss, cujo pensamento se articulava em pares de conceitos

<sup>15</sup> Ouvinte é a nomenclatura utilizada pela comunidade surda para se referir as pessoas que ouvem/escutam e vivem em um mundo de sons.

definidores de uma lógica que faria um sujeito diferente do outro, como o engenheiro e o *bricoleur*<sup>16</sup>, o pensamento ocidental e o pensamento mítico e etc. O que Derrida busca defender é que tais dualismos se revertem em premissas “logocêntricas”, termo por ele utilizado para dirigir a compreensão da oposição quanto a uma hierarquização no momento definidor, incutindo certa lógica naturalizadora.

Assim, se não escuta, logo, é surdo. E surdo nessa posição conotaria um lugar inferior, conferido pela falta, a falta de algo, no caso, o sentido auditivo, pois o que detém desse sentido, detém de certa autoridade e poder. Derrida então propõe inverter essa hierarquia violenta, mostrando com isso a insuficiência das oposições binárias e logocêntricas. Um exemplo desse conceito é visto no artigo do historiador José Antônio Vasconcelos, que faz da lógica derridiana, uma análise das ideias de causa e efeito:

Na relação entre causa e efeito, por exemplo, este (o efeito) é tradicionalmente entendido como secundário e derivado daquela (causa). Mas, em nossa experiência, principalmente contatamos a manifestação do efeito para então remontarmos suas causas. Assim concebido, o efeito é que deveria ser tido como originário, pois é por causa dele que um fenômeno pode ser concebido como causa. Em outras palavras, numa perspectiva desconstrucionista, o efeito é entendido como causa de sua própria causa (VASCONCELOS, 2003, p.75).

Então vamos trazer tal pretensão desconstrucionista para uma análise das oposições que se articulam entre ouvintes e surdos. Se invertemos a hierarquia, poderíamos dizer que originalmente o termo ouvinte tem seu princípio originário na sua diferença, mas a sua diferença seria auditiva a uma falta localizada no surdo, com isso, o ouvinte só existe na presença do surdo, sua ideia, seu significado, só faz sentido, porque existe o sujeito surdo. A presença é algo

importante na estratégia desconstrutivista, tendo em vista, que Derrida aponta a presença como aquilo que faz criar os conceitos linguísticos determinando os sentidos das palavras. Assim, ausência na manifestação da desconstrução conotaria a diferença que cria o potencial hierárquico. Seria a ausência do fator auditivo em um corpo, que cria o sentido de surdo, ao tempo que relega, ao detentor do fato, lugar privilegiado.

Nesse contexto, ao invertermos, o surdo seria um termo originário e principal e o ouvinte sua relação secundária. Porém, somente reverte essa lógica não nos faz afastarmos do logocentrismo, apenas mudaríamos as posições de centro e periférico. Todavia, o que propõe Derrida é que desconstrução transborde e busque não uma síntese para uma dialética hegeliana, entre tese e antítese. Mas antes de qualquer coisa, “a incessante alternância de primazia de um termo sobre o outro, produzindo, assim, uma situação de constante indecisão”. (VASCONCELOS, 2003, p. 75).

O que pretenderia Derrida não consistiria em reduzir e fazer sumir qualquer termo, mas fazê-los deslocarem-se numa inter-relação entre presença e ausência, centro e periférico, possibilitando assim, perceber o que não existe a princípio, o que esteja fora do “*jogo*” entre as duas posições que operam nas suas demais formas de comunicação. Então, o jogo pautaria, na concepção derridiana, um questionamento aos limites das representações contidas e criadas nas oposições e suas hierarquias.

Assim, no exemplo entre ouvintes e surdos, seria possível questionar várias concepções que se articulam na formação histórica de seus termos, a saber, binarismos como: o normal e o patológico; um dos maiores discursos que relegam ao surdo na sua história um lugar subalterno e abjeto. As formações desses opostos criam identidades e relações de poder que, ao se repetirem, incorporam-se nos corpos dos indivíduos lhes representando, correlativamente desenvolvendo desiguais relações privadas e

<sup>16</sup> *Bricoleur* trata-se daquele que recria sobre a aquilo que já foi criado. Enquanto o engenheiro cria suas obras, o *bricoleur* toma pedaços de

obras e cria uma bricolagem, ou seja, uma montagem diferente a partir das partes.

públicas. É sobre esse contexto, na abjeção da vida surda que quero passar a discutir.

## **O SURDO COMO ABJETO**

Essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeitos, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (BUTLER, 2016, p. 155).

Trouxe essa citação para que possa fazer meu leitor refletir a princípio do que gostaria de analisar agora. Esse estranho nome, abjeção, que também tomou um importante espaço e principal no título destes escritos, se fez surgir numa intrínseca reflexão da leitura de Judith Butler, filósofa norte-americana, que teve, nas teorias de Michel Foucault e Jaques Derrida, os fundamentos de suas próprias teorias sobre o sujeito, o corpo e as identidades que circulam nas formações de padrões modulares e orientadores de sujeitos, assim também como circunscreve em seus corpos marcas de enunciados que faz os indivíduos serem algo causados por algum efeito ou fato. Neste ínterim, estamos lidando com a abjeção, que são causas de algum efeito discursivo.

Para além desses autores, Judith Butler dedica uma análise massiva ao conceito de abjeto pensado pela psicanalista Julia Kristeva, que parece ter sido a primeira a ter reivindicado o conceito, caracterizando a abjeção como efeitos excludentes a partir de normas discursivas. Butler (2015) vai além, e possibilita uma visão mais apurada, tendo em vista que, a abjeção está estritamente ligada a sujeitos, corpos e identidades. Portanto, a produção discursiva que produz sujeitos em seus status e suas relações de poder, excluindo os seus opostos, também se

circunscreve em corpos, moldando e os parindo sob identidades, que por essas, estariam condicionadas as suas normas. Buscarei esclarecer melhor cada um.

O sujeito é um conceito que Butler vem compreender a partir de sua leitura de Hegel no livro *Relatar a si mesmo: crítica de uma violência ética* (BUTLER, 2015b). As concepções que nos faz existir enquanto sujeitos, estão sustentadas pelas formas de vida em sociedade, o que caracteriza que eu preciso do outro, para que eu exista enquanto sujeito social. Essa premissa parece bem óbvia, entretanto, existe algo a mais no jogo de criação do próprio sujeito; o reconhecimento. Para Butler, o reconhecimento é a base que fundamenta o poder do sujeito através do outro, é através das formas de reconhecimento que eu posso instituir o outro como sujeito.

Temos então uma dependência recíproca do outro que precisa me reconhecer para que eu possa alcançar o status de sujeito. Como também, o reconhecimento me faz ser o desejo do outro, ao mesmo tempo que eu devo corresponder aos seus mecanismos de reconhecimento. Não estando sobre o pleito das normas do reconhecimento, o sujeito então se torna abjeto, e é relegado a zonas “inóspitas” e “inabitáveis”, com as quais percebemos sua presença, mas que não a reconhecemos.

Estou disposto a pensar o surdo como um sujeito abjeto, pois, é perceptível que aquilo que fundamenta as relações sociais entre eles/elas e os/as ouvintes se fixam de forma não paritária e há no meio dessas relações uma constante e insistente forma de normalização dos surdos para culturas e comportamentos dos ouvintes, nos mostrando claramente a quem detém o poder.

O reconhecimento é um dispositivo discursivo de poder que relega ao outro uma identidade, por vezes, e na maioria delas, descritas por uma substância que se inscreve no corpo. Para Butler, o corpo é:

Apresentado como uma superfície e cenário de uma inscrição cultural: “o corpo é a superfície inscrita pelos acontecimentos”. A tarefa da genealogia, afirma ele (Foucault), é “expor o corpo totalmente impresso pela

história”. [...] O limite do corpo nunca é meramente material, mas que a superfície, a pele, é sistematicamente significada por tabus e transgressões antecipadas; [...] as fronteiras do corpo se tornam os limites do social *per se* (BUTLER, 2015, p. 224-227).

Assim, podemos perceber que o corpo é a materialização de um discurso identitário e sobre ele se inscrevem normas, leis gerais, que moldam sujeitos e fazem aparecer à normalidade que faz me reconhecer sujeito, ao tempo que relego ao outro a abjeção. Assim, a ausência contida no outro, reafirma, na presença contida em mim, o meu lugar de poder (SALIH, 2017). Essa premissa é bem clara na relação ouvinte/surdo, pois, é na falta do fator auditivo que o surdo torna-se sujeito oposto ao ouvinte, que na presença do fator torna-se sujeito de poder. O surdo é então um abjeto, percebemos sua presença, mas não reconhecemos.

As identidades criadas em regimes binários, entregam-se e deleitam-se na contradição dos opostos, pois, ao tempo que me identifico com algo, normatizo, incorporo e subscrevo em mim, a diferença do outro, sobre a qual excludo, criando normas e situações que os constroem (SALIH, 2017). Por meio da efetivação da enunciação da identidade, posso também fazer criar para o outro uma identidade abjeta única, sobre a qual ele/ela estará marcado numa única forma representativa. Esse é o pressuposto que a falta traz, pois ao tempo que cria uma oposição binária identitária e abjeta, lhes relega o “inóspito”, lhes marcando com ela.

No caso do surdo/a, podemos perceber que essa premissa é bem presente no discurso dos/as ouvintes. Vejamos que a todo tempo voltamos para comunidade surda e os sujeitos que nela habita, como estritamente surdos, esquecendo-se de suas demais atribuições identitárias, como pais/mães, profissionais e etc. Nesse sentido, o surdo lhes é identificado pela falta do fator auditivo, pela substância do sentido de audição, lhes restando ser somente essa falta. Tais discursos possibilitam toda uma limitação aos surdos, sobre o que se pode até mesmo justificar alguns de seus

comportamentos relacionais, aliás, muitos/as deles/delas costumam (não é uma premissa universal) se relacionar afetivamente somente entre eles/elas.

Como também, lhes são impostas normalizações forçadas e violentas pela cultura ouvinte e dominante, o que lhes precarizam por vezes, quando o sistema não é paritário, e a concorrência não se torna justa. Já são quase naturais as entradas de recursos e processos jurídicos conquanto aos concursos públicos e seleções que a comunidade surda participa, pois, há uma grande falta de atenção que se promulga na forçada e violenta inserção na cultura ouvinte.

É também notável a falta de valorização da língua de sinais, considerada e instituída nacionalmente, a segunda língua brasileira. Mas quando foi que realmente demos atenção a isso? Desde quando a língua de sinais tornou-se uma língua a ser aprendida pela cultura ouvinte brasileira? Em tese, desde 2002, quando a institucionalização aconteceu, mas muito pouco se foi feita por ela. Aliás, talvez poderia dizer que quase nada. Pois é perceptível que, pela promoção capitalista, as línguas estrangeiras, principalmente o inglês norte-americano, tem muito mais evidência pelas políticas educacionais de nosso país. Regras e normas vagas são impostas à educação superior. As licenciaturas - o grau de ensino que é princípio de todo conhecimento, mas que é extremamente desvalorizado - entram no contexto das obrigações do aprendizado da língua. Apesar de que nem sempre essa política vigora em todas as instituições de ensino superior. Assim mesmo, funcionam precariamente, no ideal de que só professores devem conhecer libras, como se surdos/as não precisassem de outros serviços como de bacharéis e tecnólogos.

Evidentemente, a língua de sinais não é a segunda língua brasileira, quando é, não passa de um decreto de gaveta, aqueles que são feitos, mas que não surtem qualquer efeito na sociedade. Para fazer sentido, seria necessário que a língua, por ser nativa do país, estivesse fazendo parte do contexto escolar também de ouvintes, integrando culturas de linguagens faladas e sinalizadas. Para além de ser preciso promover novas

formas de reconhecimento da língua de sinais na concorrência não paritária que se tem entre surdos e ouvintes, pois na desigualdade que se oferta, os surdos geralmente perdem pela falta de uma educação voltada para sua própria cultura e são relegados/as a situações precárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como bem já enfatizei, este trabalho segue os moldes *Queer* de escrita; uma escrita política, que parte das minhas reflexões analíticas e de minhas experiências de vida. Por isso, não tem a pretensão de ser universalizante, mas pelo contrário, e como assim descreve Donna Haraway (1995), trata-se de uma escrita contraintuitiva, logo, não pretende obedecer à ausência que a ciência positivista cobrou de seus pesquisadores, mas, vai de contra essa maré, se percebendo como uma escrita "localizada" com traços empíricos. Este trabalho não seria *Queer*, se tivesse que seguir padrões.

É, portanto, através das formulações políticas *Queer*, que surgem nos anos de 1990 uma gama de pesquisadores e pesquisadoras que propõem uma nova forma analítica de compreensão das relações públicas e privadas; macro e micropolíticas, inicialmente sobre as questões de gênero e sexualidade, passando depois a considerar demais questões como raça, etnia, religião, pobreza, entre outros fatores e instâncias que, ao criar identidade, e com elas oposições binárias que montam hierarquias e fabricam comportamentos circunscrevendo-os em seus corpos. Este artigo é, pelo que parece, uma inovação para este campo analítico. Até o presente momento, não se encontra sob esta forma analítica das normalizações, trabalhos com questões substanciais como a das oposições binárias de ouvintes/surdos.

Portanto, através das realizações teóricas de Michel Foucault, Jacques Derrida e Judith Butler, pude buscar criticar as formas como introjetamos nas nossas relações com a surdez uma hierarquia que abjeta, que torna o surdo sujeito periférico, empurrando-os para as margens da

sociedade. Como também, tecendo críticas desde a sua produção histórica discursiva até os dias atuais com as políticas de inclusão nada inclusivas, movendo a segregação desses sujeitos sob as relações sociais.

Espero que este artigo seja, a partir de então, apenas um ponto inicial reflexivo para se pensar mais a sujeição que nós ouvintes enquadrados nos surdos, buscando impactar de alguma forma, para que outras questões possam ser refletidas e reiteradas.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015b.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopez. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CABRAL, Eduardo. Para uma cronologia da educação dos surdos. **Revista de Comunicação**. Porto/Portugal, n. 3. 2005.

CANDIOTTO, Cesar. FOUCAULT: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**. São Paulo, v. 29, n. 2. 2006.

CAPOVILLA, Fernando C. Filosofias Educacionais em Relação ao Surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 6, n. 1. 2000.

CARDOSO, Israel Gonçalves. Surdo-Mudo ou Mudo, Deficiente Auditivo ou Surdo: qual dessas terminologias pode-se adotar? **Revista Virtual de Cultura Surda**. n. 17, fev. 2016.

- CARDOSO JR, Hélio Rebello. Corpo e sexualidade entre disciplina e biopolítica. In: SOUZA, Luis Antônio Francisco; SABATINE, Tiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de. (Orgs). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- COULOMB-GULLY, Marlène. Gênero, política e análise do discurso das mídias. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectivas, 1973.
- FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes. RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, mar./abr. 2010.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade do saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. São Paulo: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Tradução de Mariza Corrêa, n. 05, 1995.
- KALATAI, Patricia; STREIECHEN, Eliziane Manosso. As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil. **Anais...** Unicentro, 2012.
- LEÓN, Adriano. Os labirintos do desejo: desenhando uma metodologia anarcoqueer. **Revista de Ciências Sociais**. n. 36, abr, 2012.
- LOURENÇO, Daniel. Queer na primeira pessoa: notas para uma enunciação localizada. **Estudos Feministas**. Florianópolis, maio/ago., 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- MAIA, Valdeci; VELOSO, Éden. **Aprender libras com eficiência e rapidez**. Curitiba: Editora MãoSinais, 2009.
- MELO, Marcos Ribeiro de. Educação e Movimento Homossexual: reflexões queer. **Revista Fórum de Identidades**. n. 02, v. 4, jul./dez. 2008.
- MENESES, Ramiro Délio Borges de. A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia. **Universitas Philosophicas**. Bogotá/Colombia, ano 30, jan./jun. 2013.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos Morais e Controle Social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**. São Carlos, n. 28, jan./jun., 2007.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 21, p. 150 a 182, jan./jun. 2009.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, 2013
- O GAROTO SELVAGEM**. Produção de Marcel Berbert para os estúdios Les Productions Artistes Associés / Les Films du Caross e distribuído pela United Artists, diretor François Truffaut. França: 1970.
- RODRIGUES, Carla. Diferença sexual, direitos e identidades: um debate a partir do

pensamento da desconstrução. **Cadernos Pagu**. São Carlos, n. 34, jan./jun. 2010.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SILVA, Juremi Machado. Inter, Multi ou Transdisciplinariedade, uma questão de comunicação. In: MOTOSINI, Marília. Costa. (Org.). **Inovação e Interdisciplinaridade na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Disciplina, biopoder e governo: contribuições de Michel Foucault para uma analítica da modernidade. SABATINE, Tiago Teixeira e MAGALHÃES, Boris Ribeiro de. (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade? Tradução de Patrícia Silveira de Farias. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VASCONCELOS, José Antonio. O que é a desconstrução? **Revista de Filosofia**. Curitiba, v. 15, n. 17, jul./dez. 2003.